

Apoio institucional para incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários: proposta metodológica com base na experiência do IFSC

Institutional support for the incubation of Economic Solidarity Enterprises:
Methodological proposal based on the IFSC experience

Claudia Hickenbick¹

claudia@ifsc.edu.br

Liz Cristina Camargo Ribas¹

lizribas@ifsc.edu.br

Mirian Abe Alexandre²

mirian_abe@ig.com.br

Ofélia Ortega Fraile¹

ofelinha@gmail.com

Rodrigo Castro Ramirez¹

iepedra9090@hotmail.com

Resumo. O trabalho apresenta resultados de pesquisa sobre uma experiência de incubação no Campus Florianópolis-Continentes do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), realizada entre 2010 e 2013, bem como faz um breve histórico da incubação na instituição. A experiência foi analisada à luz de processos metodológicos de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Os resultados obtidos apontam para a necessidade de redefinição metodológica para o apoio institucional a Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no IFSC. Fundamentando-se na situação de insustentabilidade dos EES na fase de pós-incubação, propõe uma alternativa aos processos de incubação de forma a garantir a formação e a assessoria sistemáticas por meio de um projeto pedagógico de curso teórico-prático.

Palavras-chave: trabalho associado, economia solidária, incubação.

Abstract. This paper presents research results from an incubation experience on the Florianópolis-Continentes Campus of the Federal Institute of Santa Catarina (IFSC), carried out between 2010 and 2013, and a brief history of incubation in the institution. The experience was examined in the light of methodological processes of Technological Incubators of Popular Cooperatives (ITCPs) of the South and Southeast of Brazil. The results point to the need for a methodological redefinition of institutional support to Solidarity Economy Enterprises (ESS) at IFSC. Based on the unsustainable situation of the EES at the stage of post-incubation, it proposes an alternative to the incubation processes, to ensure a systematic training and advice through a pedagogical project for a theoretical and practical course.

Keywords: associated work, solidarity economy, incubation.

¹ Instituto Federal de Santa Catarina. Rua 14 de Julho, 150, 88075-101, Florianópolis, SC, Brasil.

² Fórum Regional de Economia Solidária. Florianópolis, SC, Brasil, sem sede física.

Introdução

Segundo Lisboa (2005), Economia Solidária designa inúmeras experiências, tais como agricultura familiar, organizada em cooperativas; redes de catadores e recicladores; redes nacionais e internacionais de comércio justo; incubadoras de empresas; cooperativas populares, etc. Estas se encontravam dispersas e fragmentadas até que a consolidação do termo Economia Solidária, nos anos 90 do século XX, veio aglutiná-las em torno de um movimento social mais amplo. De acordo com o Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária (FBES, 2014b, p. 99-101), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) reconhece por EES as organizações que seguem os seguintes critérios: coletividade, autogestão e responsabilidade socioambiental.

Incubação é o tempo em que um empreendimento permanece vinculado a uma instituição, que tem por objetivo ajudá-lo a reunir condições de atuar no mercado de trabalho e, no caso de um EES (empreendimento econômico solidário), atuar de forma coletiva e autogestionária:

[...] a incubação prepara empresas autogestionárias, onde os trabalhadores são donos, planejadores e executores do processo produtivo e dos meios de produção. [...] partem de uma hipótese na qual a cooperação de sujeitos pode resolver problemas de acesso ao trabalho e renda e, com isso, gerar dinâmicas de cidadania. Por isso têm um foco social, político e estratégico na possibilidade de construir alternativas para a superação das desigualdades. Ao não adotar o referencial de uma solução clássica, via emprego, a incubadora parte da hipótese da possibilidade do trabalho coletivo e autônomo (Dagnino e Fonseca, 2007, p. 19).

Os EES têm sido majoritariamente incubados em Universidades, nas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). De forma geral, o processo de incubação é organizado em duas etapas.

Na primeira, são realizados a seleção das iniciativas econômicas a serem incubadas, a pesquisa diagnóstica, o estudo de viabilidade econômica e a oficina de organização e gestão do tipo de empreendimento. A proposta é que sejam selecionados os grupos com razoável coesão interna, não importando muito sua situação econômica, pois a construção da sua identidade é um processo longo e muito difícil para uma proposta de ação que trabalha com tempos predeterminados e recursos humanos

e financeiros limitados. A segunda, denominada *incubação*, é dividida em três subetapas: a primeira, chamada de pré-incubação, tem início quando a incubadora elabora, junto com a comunidade, o *plano de incubação*, tendo por função orientar o desenvolvimento dos projetos de intervenção e de pesquisa. Esse plano tem um tempo de duração de um a seis meses. A segunda subetapa, a incubação propriamente dita, tem início quando a incubadora realiza uma série de *assessorias técnicas* junto aos grupos comunitários, com o objetivo de transformar o grupo em um “negócio”. Essas assessorias dizem respeito ao processo de regularização jurídica, à consolidação dos mecanismos de decisão, à regulação de fluxos de produção e desenvolvimento de estratégias de mercado, etc. Além dessas atividades, fazem parte dessa subetapa o processo de *formação e qualificação dos trabalhadores associados*, realizado através de oficinas e cursos sobre autogestão, com duração de aproximadamente 18 a 24 meses. Na terceira e última subetapa, ocorre o processo de desincubação, em que a incubadora estabelece os procedimentos para a sua desvinculação do programa. O tempo total do processo é de cerca de 24 a 36 meses.

Os Institutos Federais (antigos Centros Federais de Educação Tecnológica –CEFETs), criados pela Lei Federal Nº 11.892 de 2008, têm dentre seus objetivos o desenvolvimento de atividades de extensão que articulem o ensino e o mundo do trabalho, na perspectiva do desenvolvimento local e regional, o que pode acontecer por meio do apoio ao empreendedorismo e ao cooperativismo. Em 2012, constatou-se que este apoio se tem concretizado majoritariamente a empresas juniores, podendo ser citados como exceção o Instituto Federal da Bahia (IFBA) e o próprio IFSC, que realizavam o apoio a EES. O empreendedorismo que vem sendo apoiado no IFSC está relacionado à capacidade de inovação e de aprendizado, bem como de criação de pequenos negócios (Hick-enbick, 2012).

Recentemente e de forma ainda incipiente, inicia-se o apoio a empreendimentos coletivos. A partir de 2010, através de editais de extensão (Nº 04/2010 e Nº 06/2011), o IFSC inicia seu apoio a empreendimentos coletivos, considerados no âmbito desses editais como “empreendimentos inovadores”. Foram criadas por meio desses editais duas organizações coletivas: a Associação de Condutores Ambientais e Culturais Locais da Grande Florianópolis (UATAPÍ), integrada por alunos e egressos dos

cursos de Condutor Ambiental Local da Ilha de Santa Catarina e Condutor Cultural Local do Centro Histórico de Florianópolis, e a Cooperativa de Educação e Serviços Ambientais (CULTIVO), sob responsabilidade do Campus Florianópolis-Continente e Campus Florianópolis, respectivamente. Atualmente o IFSC tem uma ITCP, no sul do Estado, Campus Araranguá, aprovado pelo Edital MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq Nº 89/2013 (CNPq, 2013).

O presente trabalho teve como objetivo geral refletir sobre o processo de incubação da associação UATAPÍ, à luz dos processos metodológicos de ITCPs das regiões Sul e Sudeste do Brasil, para propor um itinerário possível para o apoio institucional aEES pelo IFSC. Os resultados devem ser compreendidos como um *continuum* de ações e reflexões de sujeitos da experiência de incubação da Uatapí, uma vez que os autores, excetuando-se um (ABE), foram coordenadores, associados, ou membros da diretoria da Associação.

Metodologia

Este trabalho orientou-se teórica e metodologicamente pelo paradigma qualitativo de investigação, segundo o qual a compreensão dos sujeitos da experiência é fundamental para a análise dos resultados (Lessard-Hebert *et al.*, 1990).

Buscou-se com esta orientação aproximar-se da concepção de sistematização, prática considerada fundamental na trajetória da Educação Popular, caracterizada como

Um processo coletivo de recuperação, interpretação e reapropriação crítica da prática vivenciada por participantes de uma experiência [no qual] são incorporados diversas vozes e olhares, que agregam conhecimento e saberes das pessoas ou grupos envolvidos. Esse processo realimenta e favorece o aprimoramento da prática social e seu potencial multiplicador, tendo em vista a transformação da sociedade (Bertucci et al., 2012, p. 12).

Neste sentido, as considerações de diversos sujeitos envolvidos com o tema da incubação estão presentes nos resultados desta investigação. São eles: servidores (coordenadores, diretores) da Pró-Reitoria de Extensão do IFSC, professores com experiência em projetos nos quais o tema é central, alunos e ex-alunos do IFSC, egressos dos cursos de condutores locais que foram associados ou não da Uatapí, e integrantes do Fórum Regional de Economia Solidária de Florianópolis (FRES).

Constituíram materiais de análise:

- documentos gerados no processo de incubação: registros de reuniões e assembleias, relatórios, correspondência eletrônica;
- depoimentos de condutores associados e não associados;
- curso *Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários*, criado para ser ofertado em parceria com a Uatapí, na fase de desincubação;
- diário de campo com registros das reuniões: da Pró-Reitoria de Extensão em 2011 e 2014; do Fórum Regional de Economia Solidária (FRES), em 2013 e 2014; da IICONAES em novembro de 2014; dos autores com os sujeitos da incubação da Uatapí e integrantes do FRES, em dezembro de 2014.

Analísaram-se ainda os processos de incubadoras criadas nos anos 90 do século XX, em três instituições de ensino das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Ressalta-se que esta análise foi realizada a partir de pesquisa do material disponível na *web*.

Resultados e discussão

Processos de incubação de EES em três ITCPs das regiões Sul e Sudeste

Ao selecionar as três incubadoras com mais experiência nas regiões sul e Sudeste, dedicou-se maior atenção à pioneira, a ITCP-COPPE/UFRJ do Instituto Alberto Luiz Coimbra, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), inclusive pelo número de publicações a que se teve acesso. Buscou-se conhecer também os processos da Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP), da Universidade Federal de São Carlos, São Paulo (UFScar), e da ITCP da Fundação Universidade de Blumenau (FURB), embora tenha sido escasso o material encontrado sobre as duas últimas.

A COPPE

A COPPE, criada em 1995, foi a primeira das ITCPs criadas nos anos 1990 e teve o processo de incubação inicialmente centrado no desenvolvimento das potencialidades dos trabalhadores, a partir da formação de suas competências, buscando formar novas lideranças. Essa matriz teórica foi disseminada por transferência metodológica para 35 universidades

brasileiras, além de prefeituras de municípios das regiões norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul. Recebeu apoio do poder público e de instituições como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), criadora do Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (Salomão *et al.*, 2014).

Nos anos 2000, esta metodologia foi reformulada para superar as principais limitações quanto ao desenvolvimento e à sustentabilidade dos empreendimentos. Verificou-se a necessidade de incorporar dois novos aspectos ao processo de incubação: a educação formal profissionalizante e a maior adoção das tecnologias de informação, com o processo de incubação dividido em duas fases relacionadas, tendo como parâmetro o desenvolvimento do grupo, por um lado, e, por outro, o desenvolvimento pessoal dos indivíduos que integram o empreendimento (Salomão *et al.*, 2014).

Após uma década de atuação, a COPPE passou a repensar a escala de atuação das ITCPs, considerada tímida, na medida em que apenas os empreendimentos geograficamente próximos podiam ser atendidos – dez empreendimentos, na maioria dos casos (Salomão *et al.*, 2014).

Em meados dos anos 1990, a COPPE vislumbrou na possibilidade de utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação um importante componente estratégico. Tal possibilidade foi concretizada na criação do Portal do Cooperativismo Popular, cujo objetivo seria disponibilizar na internet uma base de dados relevantes para o fortalecimento dos empreendimentos.

De acordo com o conteúdo do Portal do Cooperativismo Popular (Ghibaudi e Ramos, 2006) criado e mantido pela COPPE, a atual metodologia de incubação da COPPE está baseada na assessoria e na educação cooperativista, que se desenvolve em duas fases:

(i) *A pré-incubação*, com duração média de seis meses, prioritariamente relacionada aos aspectos da cidadania dos cooperados e à elaboração do projeto da cooperativa (objetivos, instrumentos, conhecimentos sobre o cooperativismo) e à realidade da atividade econômica do empreendimento. Este período permitiria a compreensão de todos os futuros cooperados do projeto comum.

(ii) *A incubação*, que ocorre num período de aproximadamente 2 anos. Nessa etapa, a equipe da incubadora, os cooperados e as parcerias desenvolvem cursos, projetos,

treinamentos, articulações e participações políticas que permitiriam dar sustentabilidade à cooperativa.

A INCOOP e a ITCP da FURB

Até 2004, a INCOOP (A INCOOP foi institucionalizada, em 2011, como Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária - NUNMI-EcoSol), realizava o seu processo de incubação em quatro etapas: (i) apresentação das propostas da economia solidária e sensibilização dos atores envolvidos; (ii) formação e consolidação do grupo potencial, com definição da identidade e do projeto; (iii) formação para o cooperativismo e a autogestão, aprofundamento dos conhecimentos sobre funcionamento e gestão de cooperativas e economia solidária; (iv) definição da atividade econômica, com atividades de pesquisa de mercado local, estudos de viabilidade econômica e identificação de oportunidades e aquisição de recursos e infraestrutura necessária (ITS Brasil, 2010).

Contudo, a partir de 2004, a incubadora optou por romper com a lógica que, em geral, estrutura os atendimentos durante a incubação,

deixando de demarcar períodos específicos do processo em favor de uma atenção mais global para a situação e as escolhas de cada cooperativa em constituição. Dessa forma, INCOOP confere prioridade à participação ativa do grupo em todos os processos, respeitando os interesses, as potencialidades e as temporalidades do grupo (ITS Brasil, 2010, p.11).

Do desenho metodológico anteriormente utilizado, a equipe da INCOOP extraiu princípios orientadores para que o processo de incubação estivesse de acordo com os objetivos e princípios da INCOOP e da Economia Solidária. De acordo com Cortegoso *et al.* (2007, p. 36), não há voluntarismo nesta opção, mas “há um método, que é o conjunto das atividades e dos comportamentos da incubadora e constituem um referencial para a ação”.

A ITCP da FURB inicia o processo de incubação com um curso de capacitação em Economia Solidária e Cooperativismo, com duração entre 40 e 60 horas. O processo é considerado gradativo, composto por vários outros momentos, entre eles: diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação. A metodologia está baseada em quatro momentos distintos, mas que estão integrados entre si, constituídos por:

mobilização, capacitação, organização, gestão e sustentabilidade econômica. A ITCP dispõe de assessoria nas áreas jurídica, econômica, psicossocial e tecnológica (Prim, 2014), que acontecem de acordo com a necessidade de cada EES.

Se traduzida em ações, a assessoria aos EES prestada pela ITCP/FURB se constitui de observação, entrevistas, reuniões, assembleias e encaminhamentos individuais para as políticas públicas.

De acordo com o que foi possível apreender, as três ITCPs desenvolvem trabalhos semelhantes, em termos das fases do processo e das ações que constituem estas fases, incluída a INCOOP, que manteve as ações, apenas deixando de operar de acordo com períodos rigidamente determinados.

Para Rutkowski (2014), o que se preconiza em termos de relações econômicas nos EES demanda um outro paradigma, que se contraponha ao da gestão clássica, e esta busca e este debate são extremamente relevantes. Sob outro ponto de vista, para Dagnino e Fonseca (2007, p. 19), “no Brasil as incubadoras avançaram bastante quanto às atividades relativas à constituição das estratégias organizativas, tanto na formação cultural, quanto jurídico-institucional”. Os dados obtidos na presente pesquisa levam a concordar com Rutkowski, uma vez que, por um lado, não se encontraram, entre as ITCPs pesquisadas e na bibliografia especializada, substitutivos para os conhecimentos da gestão clássica a não ser os relativos à autogestão.

No que se refere à crítica ao uso de determinados termos de gestão, comumente empregados, a experiência do IFSC tem algo a registrar. Coordenadores e pesquisadores da recentemente criada ITCP do Campus Araranguá estão desenvolvendo estudo no sentido de buscar alternativas para o uso de termos tais como *empreendedorismo*, *plano de negócios*, *plano de marketing* (Diário de Campo, Reunião Pró-Reitoria de Extensão, dezembro de 2014). Nesta direção, pode ser citada ainda a prévia resistência de alguns alunos do Curso Gestão de EES à unidade curricular relacionada ao *marketing* (Curso Gestão de EES, 2013).

No entanto, para Gaiger, a ideia de que o poder explicativo de determinados conceitos – dada a sua origem histórica e ao seu uso habitual – está restrito à economia capitalista, pode trazer em si o risco de

inibir a discussão sobre os aspectos essenciais do funcionamento de organizações econômicas,

aspectos que não dependem do seu caráter capitalista ou anticapitalista e que, em certa medida, são ainda mais cruciais para os intentos alternativos, como os empreendimentos solidários, precisamente porque os mesmos se deparam com um ambiente estruturalmente adverso à sua lógica interna (Gaiger, 2008, p. 59).

Ao trazer dados sobre as fragilidades econômicas mais comuns dos EES no Brasil – inexperiência nos negócios e desconhecimento do mercado, carência de valor agregado aos produtos e serviços, dependência das instituições de apoio, e outros – Gaiger (2008, p. 61) questiona, por exemplo, a equivocada resistência ao termo *empreendedorismo*, uma vez que, para ele, “a dimensão empreendedora é indissociável da dimensão solidária dos empreendimentos” (2008, p. 62).

A experiência do IFSC e o processo de incubação da Uatapi

Nos anos 1990, a então Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC), posteriormente Centro Federal de Educação Científica e Tecnológica (CEFET), realizou a incubação de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis (ARESP – Associação de Recicladores Esperança) em Florianópolis (SC), uma iniciativa que esteve na origem das atuais cooperativas de catadores de Florianópolis. Sobre esta experiência não foi encontrado registro institucional com detalhes do processo de incubação. Mais recentemente, entre 2010 e 2011, o IFSC lançou dois editais de criação e de apoio à incubação de empresas juniores e de empreendimentos inovadores. No âmbito desses editais, projetos de cooperativismo e associativismo foram considerados “Empreendimentos Inovadores”.

Foram aprovados sete empreendimentos, sendo cinco empresas juniores, nas áreas de gestão de negócios; design; automação; mecatrônica e tecnologia da informação. Os empreendimentos coletivos foram apenas dois, nas áreas de turismo, meio ambiente e cultura, conforme o Quadro 1.

Verifica-se com estes números a maior demanda pelas empresas juniores, o que pode ser evidenciado também pela presença de uma regulamentação específica, a Deliberação do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão do CFC/IFSC Nº19 (12/04/2010), que regulamenta o *Programa Institucional de Empresas Juniores do IFSC*. Em contrapartida, a instituição não apresenta regulamentação da incubação de EES.

Quadro 1. Descrição dos empreendimentos inovadores com caráter associativista ou cooperativista, aprovados para incubação via projetos de extensão do IFSC em 2010 (Edital de Extensão Nº 04/2010).

Chart 1. Description of innovative enterprises with an associative or cooperative character, approved for incubation by IFSC extension projects (public announcement N. 04/2010).

Nome do empreendimento	Campus do IFSC responsável pela incubação	Alunos envolvidos
UATAPÍ – Associação de condutores ambientais e culturais locais da Grande Florianópolis*	Campus Florianópolis-Continente	Alunos dos cursos FIC em: - Conductor Ambiental Local da Ilha de Santa Catarina; - Conductor Cultural Local do Centro Histórico de Florianópolis; - Conductor Ambiental Local da Baixada do Maciambu.
CULTIVO – Cooperativa de Serviços e Educação Ambientais	Campus Florianópolis	Alunos do Curso Técnico em Meio Ambiente

Nota: (*) Primariamente cadastrado sob a sigla: ACACUF.
Fonte: Dados da pesquisa.

Um dos EES criados a partir do edital 2010, incubado pelo Campus Florianópolis, a cooperativa CULTIVO, não chegou a formalizar-se, uma vez que constituíram ata de fundação, mas não obtiveram o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Uma das professoras que acompanhou o grupo pontua: “Eles não chegaram a concluir nenhuma atividade remunerada, a Cooperativa ainda é um processo burocrático e o grupo era excelente. Talvez se a burocracia fosse menor, já estivessem trabalhando”.

De acordo com registros da reunião convocada pela Pró-Reitoria de Extensão com os empreendimentos contemplados no edital 2010, em 14 de junho de 2011 (que precedeu o lançamento do segundo Edital de Extensão Nº 06/2011 do IFSC), uma das associadas da CULTIVO mencionou a falta de articulação com a instituição como um dos problemas enfrentados pela cooperativa.

Atualmente, parte dos integrantes do grupo que idealizaram a cooperativa ainda mantêm contato e vislumbram possibilidade de formalização futura.

O processo de incubação da UATAPÍ

Através de projetos de extensão de editais internos do Campus Florianópolis Continente/IFSC, entre novembro de 2010 e meados de 2013, o processo de incubação seguiu três

fases: pré-incubação, incubação e desincubação, com as atividades desenvolvidas descritas no Quadro 2.

Como se pode depreender dos objetivos e das ações, a coordenação adotou a linha de trabalho segundo a qual haveria um maior envolvimento institucional no primeiro ano da associação, em termos de subsídios financeiros e de participação direta da coordenação nas reuniões e assembleias, que diminuiriam gradativamente na fase de incubação, dando lugar à articulação com o mercado ou *trade*, bem como ao fortalecimento da identidade do grupo. Na fase da desincubação, o foco esteve no auxílio à obtenção de uma sede externa para a associação e na formação, especialmente a elaboração de projetos.

De acordo com os registros em atas, a participação nas reuniões em assembleias, semanais ou quinzenais, nas fases de pré-incubação e incubação era significativa, contando em média com 15 pessoas.

Entretanto, considera-se que a incubação possibilitou uma experiência acadêmica para a instituição, mas não obteve a adesão de sujeitos ocupados com a garantia da subsistência, sua e de seus dependentes: “acho a associação uma ideia muito bacana, mas para a gurizada! Para mim, não dá!” (Hickenbick, 2012).

Esta situação pode ser analisada à luz dos resultados do levantamento realizado na V Plenária Nacional de Economia Solidária sobre

Quadro 2. Etapas e atividades/objetivos do processo de incubação da associação UATAPÍ pelos IFSC, entre 2010 e 2013.

Chart 2. Stages and activities/objectives of the incubation process of the UATAPÍ association by the IFSC, between 2010 and 2013.

Pré-incubação 2010-2011	Incubação 2011-2012	Desincubação 2013
Formação Continuada em Economia Solidária Auxílio periódico na estruturação administrativa do empreendimento. Auxílio na estruturação física e financeira (sede do empreendimento dentro do IFSC; bolsa para alunos envolvidos; acesso a computadores, internet, etc.).	Fortalecimento da identidade do grupo, através de encontros com essa finalidade. Promoção do efetivo exercício profissional dos condutores organizados coletivamente, bem como de sua visibilidade, por meio de projetos de extensão associados e por meio do auxílio na produção de material de divulgação.	Auxílio na articulação para aquisição de sede externa. Formação em Economia Solidária e elaboração de projetos (Curso Gestão de EES) Análise do processo de incubação.

Fonte: Dados dos autores.

o perfil dos participantes do evento, onde se verificou que, entre os presentes, uma minoria participava ou sobrevivia de EES (FBES, 2014a).

O perfil dos condutores locais e dos condutores associados

As ITCPs têm como público-alvo os setores populares da sociedade. Para Eid (2004), o grupo social beneficiário deve ser constituído, prioritariamente, por pessoas pobres, desempregadas há vários meses, com trabalho precário, intermitente, itinerante e com dificuldades de inserção no mercado formal. Este público apresenta, via de regra, outra característica, qual seja, a baixa escolaridade (FBES, 2014a).

Em relação aos egressos do curso de condutor local que auxiliaram a estruturação da UATAPÍ, tornaram-se associados e atuantes os sujeitos mais jovens, solteiros, com nível superior completo, organização familiar ainda não consolidada ou formalizada recebendo em média um salário inferior em 40% em relação ao perfil geral. Este perfil “associado” contém a maioria dos desempregados e dos homens, com média do número de filhos inferior ao perfil geral (ver Quadro 3).

A experiência do Campus Florianópolis-Continentes aproxima-se das ITCPs analisadas. No que se refere ao perfil do associado, há diferença do perfil encontrado nas ITCPs, especialmente no que se refere à escolaridade

e à faixa etária. Com relação ao gênero, o perfil se contrapõe ao observado nas reuniões do FRES, uma vez que entre os integrantes, tanto em termos de EES quanto de Entidades de apoio e pesquisadores, predomina o gênero feminino (Diário de Campo Reuniões FRES, 2013-2014).

De acordo com Hickenbick (2012), o motivo citado pelos condutores egressos para a não associação foi a falta de tempo. O motivo *falta de tempo* foi reafirmado em depoimentos em 2014:

Na minha opinião o que prejudicou a Uatapí foi que todo mundo tinha outro trabalho, e não podia participar das reuniões, assembleias (Condutora associada).

A pessoa não tem este trabalho como central, e tem que ter, tem que acreditar, como a gente está acreditando e investindo. Mas também, a maioria não tinha condições, com família para sustentar, tendo que manter ou procurar outro trabalho (Condutora não associada).

Foram apontados positivamente o apoio institucional e a organização estatutária e regimental. Como pontos negativos, foram apontados: problemas de comunicação (tanto entre os associados como entre a associação e o mercado de trabalho); a inexistência de uma sede própria e a dinâmica das reuniões – consideradas muito longas e centralizadoras das decisões (Hickenbick, 2012).

Quadro 3. Perfil dos sujeitos da incubação.
Chart 3. Profile of the subjects of the incubation.

Perfil dos condutores formados pelo CFC/IFSC	Perfil dos condutores que permaneceram na associação (UATAPÍ)
Autônomo, casado ou com união estável, com idade média em torno de 40 anos, pai ou mãe de 1,2 filho (média), com ensino médio ou superior completo (na mesma proporção), renda mensal média de 2 salários mínimos, que já se envolveu em outras organizações coletivas além da UATAPÍ (40% em cargos de diretoria), além de atuar como condutor local.	Autônomo ou estudante, solteiro ou com união não formalizada, com idade entre 25 e 30 anos, pai ou mãe de 1 filho (média), com nível superior completo, renda mensal média em torno de 1,2 salário mínimo, que já se envolveu em outras organizações coletivas além da UATAPÍ e assumiu, dentro destas, cargos de diretoria, além de atuar como condutor local.

Fonte: Dados dos autores.

Em termos de eficiência e de sustentabilidade, os resultados também se aproximam do que vem ocorrendo com os EES incubados em ITCPs. Pinheiro Neto *et al.* (2013) realizaram uma análise comparativa entre os âmbitos nacional e nordestino da Economia Solidária e também de EES cearenses oriundos de ITCPs. Em relação aos âmbitos nacional e nordestino, os EES pesquisados se mostraram tímidos em termos de inclusão econômica, apesar de terem passado por um processo de incubação em uma ITCP e obtido assessoria para constituição legal e desenvolvimento de gestão. De acordo com os autores, seria necessário que a ITCP que atende aos EES pesquisados não se limitasse aos cursos de cooperativismo e associativismo, pois os empreendimentos carecem de driblar o amadorismo para sobreviver no mercado competitivo, a partir de um amplo referencial de gestão. Para Salomão *et al.* (2014, p. 6), as dificuldades que se apresentam para os EES, que reúnem “em torno de um negócio rentável pessoas alijadas do processo produtivo ou informalizadas pelas circunstâncias econômicas dadas na realidade brasileira”, vão além das que estão colocadas para novos empreendimentos em qualquer cadeia produtiva.

A Uatapí se manteve enquanto havia o vínculo institucional de incubação e a oferta de cursos de condutores locais. Imediatamente após o fim da incubação, a diretoria passou a encaminhar a extinção da associação. Para um dos associados, membro da diretoria, não foram feitas avaliações consistentes que pudessem dar conta das dificuldades e anseios dos sujeitos da experiência, conforme se depreen- do seguinte depoimento:

Eu sempre disse que a UATAPÍ ia dar certo, e deu! Simples: a existência de algo representa em si uma construção. Logo a Uatapí era naquele momento um fato e não mais um pressuposto, portanto ali já se aplica o “deu certo”. Nós quebramos uma sequência de etapas. A etapa da caracterização me parece ter sido a melhor construída. Nessa etapa, deu-se um passo fundamental que foi a de projetar uma visão geral da Associação. Um momento memorável onde se elaborou de modo participativo o estatuto e regimento interno. A fase do diagnóstico seria o tempo das maiores observações investigativas, a fim de evidenciar, descrever e apontar as dificuldades.

Uma associada [membro da diretoria]disse: “o que prejudicou a Uatapí foi que todo mundo tinha outro trabalho, e não podia participar das reuniões, assembleias”. No meu entender, ela se referia à ausência do diagnóstico. Identificar o problema aumenta a probabilidade de solução e, por consequência, a sobrevivência. Um diagnóstico bem elaborado teria dado condições de avaliar o nível de contentamento das partes envolvidas dando uma dinâmica de grupo mais consistente. O prognóstico seria a ação propriamente dita, realizada com base nos programas necessários a fim de acelerar as práticas advindas das decisões elucidadas e decorrentes. Seria a implantação e operação do fomento à condução ambiental, objeto precípua para o qual se constituiu a Uatapí (Depoimento, 2014).

De acordo com Rutkowski (2014), “gradativamente surgem políticas e ações de estímulo à criação de empreendimentos solidários: microcrédito, formação em empreendimentos cooperativos, incubadoras de economia popular e solidária, apoio jurídico em direito coope-

rativo”, mas, se essas ações “criam condições institucionais e motivacionais para esses empreendimentos”, por outro lado,

[...] não ajudam os associados a desenvolver instrumentos de gestão cotidiana, as condições objetivas – técnicas, administrativas e econômicas – da autogestão.

Essa lacuna compromete a sustentabilidade dessas iniciativas levando a que a maioria delas sobreviva em situações precárias, agravadas por outras dificuldades como a de comercialização de seus produtos e acesso a recursos financeiros e conhecimentos tecnológicos. Com o tempo, perde-se o dinamismo que motivou a criação do empreendimento e a capacidade de sobrevivência causando a redução do número de associados (Rutkowski e Dias, 2002 in Rutkowski, 2014, p. 2).

Neste sentido, para Salomão *et al.* (2014), o tempo médio de uma incubação – de dois a três anos – implica altos custos em relação aos impactos de geração de renda e ao efeito multiplicador na economia local.

As discussões sobre as ITCPs durante a III CONAES 2014 registraram críticas ao processo de incubação das ITCPs, relacionadas: ao perfil dos envolvidos; às condições de trabalho dos docentes; ao teor dos editais que viabilizam o processo; ao horário dos docentes envolvidos; à dificuldade de contratação de agentes externos e aos objetivos das incubadoras:

O bolsista/estagiário que assume o processo de incubação nas instituições geralmente está associado a uma oportunidade financeira; como geralmente o valor da bolsa é baixo, acaba gerando desligamentos causando prejuízos durante o andamento do processo. Aliado a isso, há o baixo comprometimento e falta de perfil para a atividade proposta. Os docentes muitas vezes não possuem carga horária apropriada para coordenar/desenvolver um bom trabalho de incubação. A contratação de agentes externos dificilmente é permitida pelos editais, pois as universidades priorizam a formação do aluno, sendo que os EES incubados estão em segundo plano. Existem muitas experiências onde fica claro que o projeto de incubação é somente da Universidade – os EES e a comunidade não são incluídos para participarem do processo inicial, servindo somente como pano de fundo para gerar dados, produtos para as incubadoras – como pesquisas e artigos. Para o movimento de economia solidária, mais do que desistir, se retirar de um processo de incubação, implica um descrédito em relação à proposta da economia solidária. Muitas vezes as incubadoras não desenvolvem ações com os princípios da

educação na economia solidária, construindo dessa forma relações assistencialistas, resultando no fim do grupo quando finaliza a incubação (Diário de Campo, III CONAES, 2014).

Essas quase duas décadas de ITCPs, desde o protagonismo da COPPE, foram fundamentais para o avanço da Economia Solidária, gerando a atual necessidade de revisão.

No que diz respeito ao apoio do IFSC aos EES, temos atualmente a incubação, as ações inseridas em Programas como o “Mulheres Mil” e “Mulheres Sim”, a inserção do tema em alguns cursos – especialmente na Educação de Jovens e Adultos – e as formações promovidas para sensibilizar para a proposta da Economia Solidária, como a “Oficina de Formação Inicial em Economia Solidária com Instrutores, Agentes e Educadores de Políticas Públicas voltadas ao Plano Brasil Sem Miséria”, articulada pela Pró-Reitoria de Extensão do IFSC e executada pelo Centro de Formação em Economia Solidária (CFES) Regional Sul, CAMP, iniciada em novembro de 2013. Esta oficina se insere no contexto da demanda por formação identificada pelo Movimento e pelo Governo, no âmbito da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que levou esta Secretaria a criar, em 2009, os CFES, em Brasília e em cinco regiões do Brasil. Na região sul, o CFES vem desenvolvendo atividades formativas continuadas para educadores e lideranças da Economia Solidária para qualificar as ações destes agentes e contribuir com a construção e divulgação de diretrizes metodológicas para a formação e assessoria técnica. Compreende-se que tais formações são importantes, mas, assim como a própria incubação, caracterizam-se pela descontinuidade, aquelas pela inexistência de ações delas originadas, e esta, pela insustentabilidade dos EES na fase da pós-incubação, como ocorreu com a UATAPÍ.

Proposição de metodologia para apoio a EES pelo IFSC

A proposta que ora se apresenta está mais relacionada à forma do que à substância do processo, uma vez que reafirma a condição *sine qua non* da formação para a coletividade fundamentada nos princípios solidários, concordando com os autores (Culti, 2009; Gadotti, 2009) para os quais a prática da Economia Solidária é fundamentalmente educativa e deve estar centrada na questão das relações, entre os sujeitos da incubação e entre estes

e o mundo do trabalho, aqui compreendido como o mercado propriamente, as instituições públicas, as entidades de apoio e fomento a EES, e a própria comunidade no entorno do empreendimento.

Quanto à forma, considera-se que a ação educativa necessita ser intensa e sistemática em relação ao que vem sendo realizado nos processos de incubação analisados.

Tal proposta foi parcialmente implementada com a oferta do Curso Formação Continuada em Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários no Campus Florianópolis-Continente do IFSC em 2013, construída a partir de limitações identificadas na experiência de incubação da UATAPÍ. Entretanto, concordamos com as conclusões da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) que “após a realização de mais de duas dezenas de oficinas para diversos sujeitos envolvidos com a Economia Solidária – para atender a uma solicitação do Ministério do Trabalho e Emprego, reconhece que a proposição de uma metodologia de formação e assessoria aos EES é tarefa bastante complexa, dentre outros motivos por causa de peculiaridades que fazem com que certas estratégias adotadas por empresas convencionais não possam ser, simplesmente, transpostas e empregadas pelas empresas e empreendimentos do campo da economia solidária” (ANTEAG, 2005 *in* Rutkowski, 2014, p. 9).

Rutkowski (2014) apresenta a exigência de um novo arcabouço teórico-metodológico a ser desenvolvido e aplicado. Assim, a oferta do curso acima citado deve ser compreendida como uma referência a ser revisada à luz das reflexões da presente pesquisa, especialmente no que se refere aos fundamentos teórico-metodológicos de gestão de EES, uma vez que “lógicas diferentes, estruturas diferentes, necessidades diferentes, especificidades diversas distinguem a gestão dos EES da chamada gestão estratégica” (Rutkowski, 2014, p. 7).

A incorporação da incubação em um curso proporciona a sua vinculação à atividade fim de uma instituição como o IFSC: o ensino. Consideramos que podem advir desta vinculação os seguintes benefícios:

- condição de alunos para os sujeitos envolvidos no EES, com os direitos e deveres advindos desta condição;
- garantia de corpo docente qualificado e com carga horária predeterminada, em contraposição ao comumente adotado trabalho com bolsistas ou voluntários;

- maior valorização e visibilidade da incubação, uma vez que estará diretamente vinculada à atividade fim da instituição (ensino);
- espaço físico e demais necessidades garantidas, previstas no Projeto Pedagógico do Curso (salas de aula, laboratórios, transporte para atividades de campo, etc.);
- reconhecimento ao final do processo (certificação).

Em síntese, acreditando que uma instituição de ensino, por natureza, apresenta mais domínio do processo ensino-aprendizagem em relação a outras funções e processos, propõe-se que a incubação aconteça como curso, que tenha na sua estrutura curricular as dimensões da assessoria e da formação, garantindo a relação estreita com a extensão.

Concepção teórico-metodológica do curso

Para ter em conta a superação de uma das fragilidades dos EES, a defasagem tecnológica (Rutkowski, 2014, p. 3), compreende-se que os alunos deste curso deveriam ser preferencialmente aqueles cujos EES tenham relação com o eixo tecnológico do campus ou de outro campus geograficamente próximo e que poderia atuar em parceria. Desta forma, a assessoria compreenderia tanto a administração do EES quanto a sua área específica de atuação. Entretanto, esta orientação poderia acarretar limitações em relação ao público potencial desta oferta, conforme considerações de alguns sujeitos da incubação e de membros do FRES (Diário de Campo, reunião com sujeitos, 12/2014).

O PPC deve prever um trabalho de extensão, determinando o período da busca ativa dos potenciais alunos, tempo este que equivaleria à pré-incubação, uma vez que incluiria reuniões para a discussão do Projeto com estes sujeitos.

O nível da oferta é o da qualificação profissional, com duração mínima de dois semestres, obrigatórios, tempo que equivaleria à incubação, e um semestre opcional, correspondente ao eixo dedicado à elaboração de projetos. Este eixo foi pensado como complementar em virtude de sua complexidade, bem como de sua natureza não prioritária para o funcionamento de um EES – mas importante para sua sustentabilidade a longo prazo.

Em relação à periodicidade das aulas, propõe-se um encontro presencial noturno por

semana, facilitando a frequência do estudante-trabalhador, prevendo a formação em trabalho, com atividades para estruturação do EES, sob orientação dos professores.

Conforme as orientações para educação e a cultura, contidas no Relatório Final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, publicado em 2013, a formação para os EES deve ancorar-se nas práticas e conceitos da Educação Popular, por meio da *consideração do território* como ponto de partida e da participação dos estudantes trabalhadores na construção e no desenvolvimento das atividades formativas. A alternância compreendida por tempos presenciais de jornadas pedagógicas e tempos de experimentação formativa – comunidades, empreendimentos, territórios – vem ao encontro dessas orientações (FBES, 2014b, p. 66). Organizar o ensino com práticas de alternância significa articular experiências formativas em diferentes tempos e espaços e com foco na formação profissional. Os espaços são aqueles onde a formação pode acontecer, como, por exemplo, a propriedade agrícola ou a empresa urbana, onde são desenvolvidas atividades educativas planejadas e orientadas. Quanto aos tempos, alternam-se entre a escola e estes outros espaços. O IFSC está desenvolvendo experiências em alternância nos Campi São Miguel do Oeste, Garopaba e Jaraguá do Sul.

Desta forma, o PPC do curso para apoiar EES deve ter uma estrutura curricular flexível de forma que possibilite a sua reconstrução com os alunos (território), bem como organizar-se de forma que aconteça a formação em trabalho (alternância), alcançando desta forma os demais membros ou potenciais membros do EES que porventura não estejam matriculados no curso.

A flexibilidade curricular deve se dar sem prejuízo da formação em temas considerados estratégicos pelo acúmulo do Movimento da Economia Solidária. Desta forma, seriam eixos do curso:

- (i) Economia Solidária: princípios e conceitos;
- (ii) Sustentabilidade de EES: autogestão, administração, marketing, relações interpessoais e gestão de conflitos;
- (iii) Estrutura e formulação de estatutos, regimentos internos e demais documentos pertinentes;
- (iv) Legislação e aspectos contábeis relacionados ao associativismo e cooperativismo;
- (v) Estrutura e construção de projetos e submissão a organismos financiadores (formação complementar).

Com relação ao eixo dois, embora se deva considerar a importância da construção de planos de negócios e de marketing, é preciso atentar para as especificidades dos EES e a “necessidade de construir novas tecnologias, inclusas aí as de gestão, para responder aos seus desafios” (Rutkowski, 2014, p. 11). É importante considerar um aspecto, que necessita ser mais bem avaliado quando da construção do PPC, e que pode ser tomado como uma contradição da proposta que ora se apresenta, qual seja, as relações de poder inerentes à relação professor-aluno, uma vez que a autogestão pressupõe a horizontalidade nas relações (Diário de Campo, reunião com sujeitos de pesquisa, dezembro 2014).

O apoio do IFSC a EES por meio da formação sistemática viria ao encontro do que preconiza a Recomendação 73 da II Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), como ações fundamentais de preparação dos trabalhadores dos EES para o acesso às políticas públicas (Brasil/MTE/SENAES, 2012).

Considerações finais

Uma instituição de educação profissional deve comprometer-se com a inserção dos seus egressos no mundo do trabalho. O IFSC assume este compromisso ao inserir esta questão no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2020). Ora, se isto está colocado para a oferta de cursos, deve ser condição *sine qua non* para a incubação. Entretanto, consideramos que muito da relevância das experiências de incubação nas ITCPs está na participação de estudantes de vários cursos – como bolsistas, bem como no aprendizado que proporciona aos professores pela aproximação aos EES – aprendizado este que se reflete positivamente no seu trabalho como educador. Com outras palavras, funciona como uma capacitação, para bolsistas, estagiários, voluntários, professores.

A experiência de incubação no Campus Florianópolis-Continente foi academicamente importante e condizente com o objetivo do edital que a ela deu início – de fomento às atividades de extensão no IFSC. Entretanto, se deslocarmos o foco para o objetivo de uma incubação – “a preparação de um EES para que assuma uma existência efetiva” (Dagnino e Fonseca, 2007) –, os resultados não podem ser tomados como relevantes. A UATAPÍ repetiu a história de muitos EES, cujo apoio por parte de uma instituição não tem significado a

sustentabilidade do empreendimento. Ao mesmo tempo que afirmamos a necessidade de revisão dos processos metodológicos das ITCs, o que já vem acontecendo, reafirmamos a sua importância nas instituições públicas, uma vez que buscam concretizar o compromisso com a sociedade que as mantêm. Acreditamos que o apoio a EES no IFSC deve ser um complexo, composto pelas ações já empreendidas – a incubação, a criação de ITCs, as formações em Economia Solidária, a inserção do tema em alguns cursos, ao qual a proposta que ora apresentamos vem somar forças.

Referências

- BERTUCCI, A. *et al.* 2012. Sistematização de Experiências da Economia Solidária: referenciais, etapas e ferramentas para o processo de sistematização. Cáritas, 54 p. Disponível em: http://caritas.org.br/wp-content/files_mf/1383063926CadernodeForma%C3%A7%C3%A3oBrasilLocal11.pdf. Acesso em: 01/02/2017.
- BRASIL/MTE/SENAES. 2012. Recomendação nº 8, de 13 de julho de 2012. Disponível em: http://www.mpdft.mp.br/pdf/unidades/conselho_superior/atos_conselho_superior/recomendacao_008.pdf. Acesso em: 01/02/2017.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). 2013. Chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq Nº 89/2013. Disponível em: resultado.cnpq.br/1645754751480300. Acesso em: 10/2015.
- CORTEGOSO, A.L.; MASCIO, C.C.; GAVINO, E.R.; DEL MONACO, G.; SHIMBO, I.; ZANIN, M. 2007. Variáveis que influem no processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários: um exame de três experiências com base no método de incubação da INCOOP/UFSCAR. *Revista Proposta*, 31(112).
- CULTI, M.N. 2009. Economia Solidária: Incubadoras Universitárias e Processo Educativo. *Outra Economia*, 3(5):146-165. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1163>. Acesso em: 02/2014.
- DAGNINO, R.; FONSECA, R. 2007. Economia solidária, incubadoras universitárias, cooperativas e tecnologia: uma definição de papéis. *Revista Proposta*, 31(112):16-24. Disponível em: https://issuu.com/ongfase/docs/proposta_112_final. Acesso em: 12/2011.
- EID, F. 2004. Sobre concepção de incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária da Unitrabalho e metodologia de incubação. In: I. PICANÇO; L. TIRIBA, *Trabalho e Educação–Arquitetos, Abelhas e Outros Tecelões da Economia Popular Solidária*. Aparecida, Ideias & Letras, vol.1, p. 167-188.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). 2014a. Projeto Político-Pedagógico da Economia Solidária: Elementos de contribuição à V Plenária Nacional de Economia solidária. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3868/1/bmt54_econ03_vplenaria.pdf. Acesso em: 02/02/2017.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). 2014b. V Plenária Nacional de Economia Solidária: Relatório final. Disponível em: <http://cirandas.net/v-plenaria-nacional-de-economia-solidaria>. Acesso em: 02/02/2017.
- GADOTTI, M. 2009. *Economia Solidária como práxis pedagógica*. São Paulo, Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 140 p.
- GAIGER, L.I. 2008. A dimensão empreendedora da economia solidária: Notas para um debate necessário. *Otra Economía*, II(3):58-72. <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1145>. Acesso em: 01/02/2017.
- GHIBAUDI, J.W.; RAMOS, M.S. 2006. Metodologia de Incubação de Cooperativas Populares: A proposta da ITC/UFRJ. Disponível em: https://www.infodev.org/infodev-files/resource/idi/document/RMI%20-%20TCP%20-%20Final%20Report_Papers_Artigo%20%20metodologia_2006.pdf. Acesso em: 01/02/2017.
- HICKENBICK, C. 2012. Incubação de empreendimento inovador no Campus Florianópolis – Continente do IF-SC: o caso da associação de condutores ambientais e culturais da grande Florianópolis – Uatapi– Andar a pé. In: SITRE– Simpósio Internacional Trabalho, Relações de Trabalho, Educação e Identidade, IV, Belo Horizonte, 2012. *Anais...* FAE/UFMG, p. 1-3.
- INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (ITS BRASIL). 2010. *A INCOOP da Universidade Federal de São Carlos*. Cadernos Conhecimento e Cidadania. Disponível em: http://itsbrasil.org.br/sites/itsbrasil.w20.com.br/files/Digite_o_texto/TS07_miolofinal_14.12.10.pdf. Acesso em: 05/2014.
- LESSARD-HEBERT, M.; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. 1990. *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa, Instituto Piaget, 184 p.
- LISBOA, A. de M. 2005. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. 109-115. *RAE Publicações*, 45(3). Disponível em <http://rae.fgv.br/rae/vol45-num3-2005/economia-solidaria-autogestao-impresicoes-limites>. Acesso em: 01/02/2017.
- PINHEIRO NETO, G.F.; ABREU, M.C.S. de; SILVA FILHO, J.C.L. de; SILVA, T.N. DA; PEDROZO, E.Á. 2013. Empreendimentos econômicos solidários oriundos de incubadora: análise comparativa nos âmbitos nacional, nordestino e cearense. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/42518465.pdf>. Acesso em: 05/2014.
- PRIM, L. de F. 2014. Apoiar e fortalecer a ITC/FURB para o desenvolvimento de projetos em economia solidária em Blumenau e região. Disponível em: http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=148474. Acesso em: 05/2014.
- RUTKOWSKI, J. 2014. Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários: outro mundo, outra economia, outra engenharia. In: V Encontro Internacional de Economia Solidária.

NESOL. Núcleo de Economia Solidária – USP. Disponível em: <http://sites.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Tecnologia/TEC-05.pdf>. Acesso em: 05/2014.

SALOMÃO, I.L.; GUIMARÃES, G.; EGLER, G.; GUERREIRO, J.; LAMBERT, L.; BRAGA, V. 2014. Empreendimentos sustentáveis, tecnologia da informação e desenvolvimento local: desafios para a metodologia de incubação de cooperativas populares. Disponível em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/pdf/Empreendimentos%20%20>

[sustent%C3%A1veis,%20%20tecnologia%20%20da%20%20informa%C3%A7%C3%A3o%20%20e%20%20desenvolvimento%20%20local%20-%20%20desafios%20%20para%20%20a%20%20metodologia%20%20de%20incuba%C3%A7%C3%A3o%20de%20cooperativas%20populares.pdf](http://www.itcp.coppe.ufrj.br/pdf/Empreendimentos%20%20sustent%C3%A1veis,%20%20tecnologia%20%20da%20%20informa%C3%A7%C3%A3o%20%20e%20%20desenvolvimento%20%20local%20-%20%20desafios%20%20para%20%20a%20%20metodologia%20%20de%20incuba%C3%A7%C3%A3o%20de%20cooperativas%20populares.pdf). Acesso em: 01/02/2017.

Submetido: 18/12/2014

Aceito: 12/09/2016